

O papel do Senado

Luiz Orlando Carneiro

O apagar das luzes da última sessão legislativa não deu para ressaltar o papel que o Senado deverá ter como Câmara revisora, no ano político a se iniciar uma semana depois do carnaval. Pressionado pela inexorabilidade da folhinha, o Senado acabou engolindo praticamente tudo o que veio prontinho da Câmara, inclusive o novo piso salarial nacional, embora o senador Carlos Chiarelli tivesse se antecipado com um projeto que foi ignorado pelos deputados.



O presidente da Câmara Alta, Humberto Lucena, que estará passando o cargo para o senador Alfredo Campos ou para o senador Nélson Carneiro (que concorrerá à presidência mesmo que não seja indicado pela bancada do PMDB), acha que, com a nova Constituição, o Senado passou a ter responsabilidades ainda maiores, além das prerrogativas que, como parte do Congresso, readquiriu ou ganhou.

Inibido em fazer com naturalidade uso de prerrogativas constitucionais como as medidas provisórias (os antigos decretos-leis atenuados) e do próprio poder de veto, por não ter base consistente na Câmara, o Executivo terá de tentar, no ano entrante, um entendimento mais estreito com o Senado. É evidente que é mais fácil negociar com um corpo formado por 75 membros do que com uma Câmara de quase 500 deputados.

A tarefa não será fácil, pois também no Senado o governo não tem maioria. Dos 75 senadores (incluindo-se os três recentemente eleitos pelo novo estado de Tocantins), 34 são do PMDB, que vai definir na próxima convenção se retira ou não totalmente o eventual apoio que dá ao governo. Entre os 14 senadores do PFL, o presidente Sarney tem o apoio irrestrito de amigos como Alexandre Costa, Edison Lobão e Álvaro Pacheco, mas não é flor do orquídário de senadores como Carlos Chiarelli, Marco Maciel e Jorge Bornhausen. Os cinco senadores do PDS podem até apoiar o governo em assuntos "ideológicos", mas o presidente do partido, Jarbas Passarinho, tem mantido uma postura oposicionista.

Na semana anterior ao Natal, o senador Cid Sabóia

Carvalho (PMDB-CE) fez um discurso em que apontou a existência de um clima de confronto entre a Câmara e o Senado, perguntando "quem vencerá um confronto entre a inteligência e a maturidade dos senadores e a impetuosidade dos jovens deputados". Até agora continua na mesa do presidente Ulysses Guimarães um requerimento do presidente do Senado solicitando a constituição de uma Comissão Especial Mista, integrada por 11 senadores e 11 deputados, para elaborar os projetos de lei expressamente previstos na Constituição. Ao que parece, a Câmara acha que tem o direito de ter maior representatividade nessa comissão, por ter muito mais cadeiras do que o Senado.

É portanto mais no Senado do que na Câmara que o Executivo, ao que tudo indica, vai procurar respaldo político para seus projetos, buscando, politicamente, aprofundar o clima de confronto que começou a ser visível entre as duas Casas.

Além do mais, o governo vai precisar muito do Senado, tendo em vista as novas competências privativas da Casa. A aprovação dos ministros dos tribunais superiores, do presidente e diretores do Banco Central e do procurador-geral da República, entre outros, tende a ficar mais politizada. A escolha, em março próximo, de dois novos ministros do Supremo Tribunal Federal, será certamente o primeiro teste da nova disposição co-gestora do Congresso como um todo.

Até o último dia 5 de outubro, era competência do Senado autorizar operações externas de natureza financeira de interesse dos estados, do distrito federal e dos municípios, "ouvido o Poder Executivo federal". Pela nova Constituição, o Senado não ouve o governo e passa também a autorizar todas as operações externas de interesse da União. Pela antiga Constituição, o Senado fixava os limites globais para o montante da dívida consolidada dos estados e dos municípios, "por proposta do presidente da República". Agora, é o Senado que passa a dispor sobre esses limites e a dispor, ainda, sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.

Como se vê, o governo e o Senado precisam acertar os ponteiros o quanto antes.